



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

-----**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 27 DE JUNHO DE 2019**-----  
--- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e dezanove, pelas 20h50m, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde, em Azambuja -----

### -----**ORDEM DO DIA**-----

Ponto 1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal	
Ponto 2- 3ª Alteração ao PDM	15/P/2019
Ponto 3- Carta Educativa do concelho de Azambuja	29/V-SV/2019
Ponto 4 - Transferência de Competências no Domínio da Educação	47/P/2019
Ponto 5 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Âmbito das Instalações de Armazenamento e Postos de Abastecimento de Combustíveis – CIMLT	41/ P/2019
Ponto 6 - Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Azambuja	47/V-SL/2019
Ponto 7 - Estrutura Nuclear e Flexível dos Serviços do Município	48/P /2019
Ponto 8 - Alteração ao Mapa de Pessoal	28/V-SV/2019
Ponto 9 - Adendas ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências	
9.1 - Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha	34/V-SL/2019
9.2 - Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo	35/V-SL/201
9.3 - Junta de Freguesia de Aveiras de Cima	36/V-SL/2019
9.4- Junta de Freguesia de Alcoentre	37/V-SL/2019
Ponto 10 - Reconhecimento de Interesse Público Municipal:	
10.1 - Construção de Edifício de Uso Logístico — PROJESPIN, S.A	42/P/2019
10.2 - -- Instalação de Central Solar Fotovoltaic — Variable Potential Unipessoal, Lda	44/P/2019

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Manuel Guerra Duarte e secretariaram a reunião como Primeira Secretária, a Senhora Vera Lúcia Raimundo Braz dos Santos e como Segundo Secretário, o Senhor Marcelo José da Costa Oliveira.-----

--- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Lúcia Catorze Serra Caetano, António Manuel Correia Amaro Costa, António Maria Calixto Isidro, Ana Paula Moura em substituição de António Jorge Lopes , António José da Fonseca Nobre, Ana Paula Abreu Martins, em substituição de António José Rodrigues, António Rodrigues Torrão, Armando Jorge Adrião Calixto, Carlos António Pereira Piriquito, Daniel Albino Cordeiro Lopes Claro, Francisco Galvão Morgado, André Salema em substituição Joana Filipa Amaral Gerardo Ferraz Pratas, José Avelino Colaço Correia, José Carlos Ferreira Matos, José Joaquim Braz dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Pedro Fragoso em substituição de Lúcio Manuel Cardador Costa, Luísa Maria dos Reis Pereira Martins, Manuel Maria Valadares Couceiro, Margarida Helena Lages Maia, Maria Inês da Graça Louro, Maria Arminda Marques Tavares, Joaquim Luís Lobato, em substituição de Mário Jorge Soares Parruca, Natália Maria Andrade Peres e Rogério Faria Jorge. -----

--- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara, Luís Manuel Abreu de Sousa e os Senhores Vereadores, Sílvia Margarida Narciso Vítor, Silvino José da Silva Lúcio, António José Mateus de Matos, Rui Pedro Figueiredo Corça, Maria João Martins Canilho de Sousa e David José Pinto Mendes. -----

### -----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à Sessão cumprimentando os demais intervenientes da mesma e de acordo com o Regimento aprovado , deu a palavra ao Público. -----

### --- **INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS** -----

--- Interveio o Sr. António Pires que manifestou perante o Sr. Presidente da Assembleia municipal, a sua insatisfação por a Comissão de Planeamento Urbanístico, Ordenamento do Território e Ambiente ainda não ter apresentado em Assembleia o relatório da sua atividade. Solicitou a entrega da ata final da Comissão de Acompanhamento do Aterro da Triaza, em resposta a uma solicitação que fizera por escrito já há uns tempos. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Joaquim Soares em representação de um conjunto de fregueses de Aveiras de Baixo, que o acompanhavam e que apresentaram um documento que entregaram ao Sr. Presidente de Câmara e que chamava a atenção para o facto de a Freguesia de Aveiras de Baixo ser a única freguesia neste século XXI, que não dispõe de uma única escola primária para as crianças, quando antes dispunha de três. Aveiras de Baixo, Casais da Lagoa e Virtudes tinham uma escola cada, que hoje



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

estão às moscas ou com ocupações de circunstância. Recordou que no dia 8 de Janeiro de 2019 em reunião havida na sede da Junta de Freguesia para abordagem deste assunto, a Câmara Municipal de Azambuja colocara em cima da mesa a solução de as crianças de toda a freguesia de Av. Baixo serem deslocadas para o novo Centro Escolar a construir em Vale do Paraíso, Esse Centro Escolar só se justificaria, caso os encarregados de educação da freguesia de Av. Baixo aprovassem esta transferência das crianças já que Vale do Paraíso não dispunha do número de crianças suficientes que justificasse esta nova construção. A Senhora Vereadora rejeitara por completo a deslocação das crianças de Vale do Paraíso para um Centro Escolar a construir na freguesia de Aveiras de Baixo, apesar da freguesia de Aveiras de Baixo ter neste momento quase o dobro da população de Vale do Paraíso. Consideravam ser mais razoável a deslocação das crianças de um lugar em vez de três, com certeza que Vale do Paraíso não se oporia a esta solução. Consideravam que Virtudes neste momento era um lugar discriminado, e que a população estava consciente dessa situação. Referiram a estrada de terra batida que estava por alcatroar há anos e que encurtaria a distância para Azambuja em 50%, e que a estrada de acesso à Nacional 3 estava num estado lastimoso há anos devido às raízes das árvores. Consideravam que a Rua Silva Wallace praticamente já não tinha o tapete de alcatrão colocado há mais de trinta anos, o que não se justificava por só ter cerca de 200 metros de comprimento, alertaram para o mau estado do parque infantil que além de outras necessidades continuava abandonado e cheio de ervas. Para finalizar referiam que Azambuja dispunha de quatro estações de embarque para os comboios, e que lamentavelmente só Virtudes não era beneficiada pelo novo passe "O NAVEGANTE" pelo que indagou se não teriam o mesmo direito que os restantes habitantes do concelho.-----

--- O Sr. Presidente de Câmara informou estar a proceder-se a reuniões através da CIMLT com a CP no sentido do alargamento do passe às Virtudes, alertou para o facto de tal não depender só da vontade da Câmara, que partilhava com os residentes da vontade do alargamento do raio de ação do passe, informou ainda a existência de um plano B caso as negociações não chegassem a bom porto. Quanto ao parque infantil disse estar concluído o processo para a sua intervenção, eram já conhecidos os valores envolvidos, tinham as peças aprovadas e que num espaço de 15 dias a três semanas iniciar-se-iam as obras. Relativamente ao alcatroamento da estrada de terra batida disse que tinham entregue um projeto de 2010 que na altura orçamentava em 7.000.00€, a um gabinete de arquitetos para a atualização de valores a ver se para o ano a intervenção estava concluída. Quanto à R. Wallace já estava contemplada num plano de recuperação/ intervenção em arruamentos em vigor e que o problema das raízes iria ser estudado. Para finalizar referiu que as escolas referidas estavam fechadas mas não fora decisão da Câmara, que estava prevista na Carta Escolar a aprovar no decorrer da Sessão, a construção de uma escola em Vale do Paraíso, que poderia abrigar as crianças de Aveiras de baixo, mas só se os pais o pretendessem, o que ficara claro na reunião tida com a Sra., Vereadora que não queriam, e no que tinham completa liberdade para escolher o estabelecimento de ensino que pretendessem para os seus filhos, justificou a construção em Vale do Paraíso com a localização da atual escola numa rua estreita e sem saída. -----

--- Interveio o Sr. João Proença, para em complemento do havia sido dito acerca de reunião com os pais lembrou que a Sra. Vereadora lhes pedira para se mobilizarem e encontrarem alternativas, que seriam apreciadas e discutidas numa próxima reunião, lamentou que esta ainda não se tivesse realizado. -----

--- Com a permissão dos Senhores Presidentes a Sra. Vereadora Sílvia Vitor, responsável pelo pelouro da Educação, confirmou o que havia sido dito pelo Sr. Proença, lembrando, no entanto, que não ficara decida a data de realização da mesma, que faria mais sentido numa altura em que o executivo estivesse a ponderar iniciar a construção do Centro Escolar. Confirmou que tinha solicitado a intervenção dos encarregados de educação e que tinha conversado com eles no sentido de se fosse o caso de concordarem com a ida das crianças para Vale do Paraíso serem dinamizados os espaços das escolas existentes e que não se encontravam a funcionar, como ponto de recolha e entrega dos alunos, e espaço onde poderiam inclusive fazer os TPCs, aguardando em segurança a chegada dos pais. Lembrou que fora assegurado o transporte de todas as crianças e que alguns pais com maior incidência em Virtudes e Casais da Lagoa tinham referido preferirem a escola de Azambuja, justificando a opção com o facto de se as crianças necessitassem de explicações teriam de deslocar-se a ambos os sítios. Perante tudo isto, o executivo decidira já que só se faria o centro escolar se o número de alunos o justificasse, caso tal não acontecesse optar-se-ia pela construção de uma nova escola em Vale do Paraíso, mas de dimensões mais reduzidas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- Não havendo mais inscrições do público, o Senhor presidente da mesa deu por terminado o período e iniciou o Período antes da Ordem do dia colocando as atas a discussão.-----

### ---- APROVAÇÃO DE ATAS-----

---- Foi colocada à votação a ata do dia 29 de Novembro de 2018, a qual foi aprovada com 21 votos a favor e 5 abstenções. -----

--- Colocada à votação a ata do dia 25 de Janeiro de 2019, foi a mesma aprovada com 21 votos a favor e 5 abstenções. -----

---- Colocada à votação a ata do dia 27 de Março de 2019, foi a mesma aprovada com 21 votos a favor e 5 abstenções. -----

---- Pelo Bloco de Esquerda, foi apresentada uma Moção sugerindo à Câmara a criação de uma rede de prestação de cuidados informais e um serviço de atendimento, com apoio social e psicológico.

--- O Deputado Daniel Claro do BE, que a propósito do seu próprio caso e do conhecimento que tinha acerca da necessidade de apoio, que os prestadores de cuidados informais bem como os que deles necessitavam, tinham sugeriu à Câmara a possibilidade de elaborar um protocolo com a associação portuguesa de cuidadores informais, por forma a ser-lhes concedido apoio psicológico e outros, para o que não havia sequer necessidade de recorrer a contratação externa, podendo tornar isto possível com os técnicos que o município dispunha. Poder-se-ia fazer o levantamento das necessidades no próprio centro de saúde e na junta de freguesia, que reportaria à Câmara para apoio psicológico. -----

--- A Senhora Deputada Ana Lúcia Catorze, que informou que já desde 2016 o Centro de saúde de Azambuja dispunha de uma unidade de cuidados continuados, que apoiava com cuidados médicos e de enfermagem diários se necessário os utentes do Concelho. Sendo que esta rede estava incluída a saúde mental bem como cuidados pediátricos. -----

--- Colocada a votação a Moção foi aprovada por unanimidade. -----

---- o Sr. Presidente da Mesa apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Poeta Popular Azambujense Sebastião Mateus Arenque, que foi aprovado por unanimidade, guardando-se de seguida um minuto de silêncio em sua memória. -----

### --- INTERVENÇÕES DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS.-----

--- O Deputado Carlos Piriquito, Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo interveio para alertar para a necessidade já referida anteriormente da realização de pequenas intervenções na Freguesia, como a reparação da entrada junto ao Chalé coisa que a Assembleia de freguesia estava constantemente a referir e chamou a atenção para a desertificação das Virtudes, por falta de condições de habitabilidade, pois nem de um parque infantil em condições dispunha. -----

--- Interveio o Deputado Municipal José Carlos Matos, considerou a ordem de Trabalhos muito extensa, relativamente à Ordem da reunião anterior apenas com dois pontos, dever-se-ia distribuir os assuntos pelas reuniões, por forma a que os Deputados Municipais pudessem com o pouco tempo de que dispunham, apreciá-las cabalmente. Reiterou a opinião já antes formulada que o sistema de som era demasiado mau com o ruído que fazia e que perturbava a audição nas reuniões. Congratulou-se com os resultados obtidos nas negociações para a redução do passe e adiantou que isso seria uma mais valia para que a Câmara tomasse iniciativas no sentido de atrair pessoas de Lisboa a viver em azambuja, seria necessário incrementar a apazibilidade de viver no Concelho de Azambuja, devendo-se investir na habitação em primeiro lugar. Para finalizar referiu a simbologia dos “recuerdos” com que agraciara os Srs. Presidente e Vereadores Silvino Lúcio e António José Matos, miniaturas de comboios, pela sua participação e empenho no processo da comparticipação dos passes da CP. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa disse que ainda que o Regimento das reuniões previsse um prazo de três dias úteis para entregar o expediente, tivera a preocupação de ir enviando por mail a documentação que tinha em seu poder para que pudesse atempadamente ser analisada, e que o expediente saíra na sexta feira anterior, com os documentos que tinham vindo da reunião de Câmara de terça feira, sendo impossível faze-los chegar mais cedo, percebia a indignação, era de facto muito trabalho, mas solicitava a compreensão de todos no sentido de se poder dar continuidade atempada aos trabalhos.-----

--- A Sra. Deputada Natália Peres, começou a sua intervenção com a continuidade da edição do Boletim Municipal que considerou muito importante para as coletividades, perguntou qual a situação da intervenção prevista para o mercado de Manique do Intendente, se a situação da sucateira de Alcoentre já estava legalizada e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara para que intercedesse junto da EP para que as bermas da estrada sul de Alcoentre fossem limpas permitindo ver a sinalização rodoviária. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- O Sr. Presidente disse ter registado com agrado o que fora dito acerca do Boletim Municipal, disse que estavam também a trabalhar no sentido de voltar a ser editada a Agenda Cultural. Quanto á legalização da sucateira, informou que o terreno era de dois irmãos que na parte da Ana já estava emitida a licença de utilização que a deveria receber num prazo cifrado de um ou dois dias e que a parte do outro irmão estava-se a trabalhar nisso. O mercado de Manique do Intendente, o processo estava já no aprovisionamento para ser lançado o concurso público e quanto à reparação de bermas, já tinha oficiado a EP nesse sentido, não tinha ainda havido resposta e que se se mostrasse necessário a Câmara chamaria a GNR e a Proteção Civil procederia ao corte da vegetação. -----

--- A Sra. Deputada Ana Paula Moura, na sequência das obras de recuperação no edifício do antigo cinema de Aveiras de cima, perguntou qual o projeto que a Câmara tinha para o espaço, a que o Sr. Presidente respondeu que já tinha sido feito o levantamento topográfico do espaço, estavam a tentar adquirir a casa ao lado para que o edifício pudesse atingir a estrada, sendo que aí se pensava fazer um espaço para reuniões, da Assembleia, da Câmara da junta de Freguesia, camarins e outros, na outra parte teria o espaço de palco e no andar de cima um espaço para exposições e anfiteatro. -----

--- O Senhor Deputado Manuel Couceiro, chamando a atenção para a falta de limpeza urbana que se assistia na vila de Azambuja, que quer fosse da responsabilidade da Câmara ou da Junta de Freguesia era um mau cartão de visita para os Azambujenses. Falou da imensidade de plásticos que se amontoavam junto do campo da feira, das instalações do mercado e da N3 na entrada de Azambuja, assim como do acumulado de ervas em bermas e passeios na urbanização junto ao Intermaché. Referiu o corte de árvores feito por uma empresa qualquer entre a CERCI e o cale Espingardeiro, em que a lenha teria ficado nas bermas por recolher, disse ser da obrigação da Câmara fazer pressão para que os responsáveis procedessem à sua remoção dado que estando seca poderia ser causa de incêndios. Para finalizar referiu o problema que a falta de civismo por parte de quem tinha cães demonstrava ao não proceder à recolha de dejetos, o que em azambuja era notória, sendo que a autarquia poderia providenciar no sentido de criar uma multa a aplicar. O Senhor Presidente reconheceu ser de facto um problema de falta de educação de alguns proprietários, que não seria viável a aplicação de multas sem a presença da GNR, quanto ao mercado diário estava-se a fazer um procedimento para recuperação do espaço e das bancadas, haviam pessoas novas interessadas em ir para o mercado, após o que se faria um Protocolo com a junta de freguesia de Azambuja, no sentido de ser esta a acompanhar o mesmo. -----

--- A Sra. Deputada Luísa Martins perguntou a quem competia a limpeza de areias pós feira de maio, considerando a quantidade de areia ainda existente nas ruas, se à Câmara se à Junta de Freguesia e chamou a tenção para a falta de limpeza da rua lateral do centro de saúde, a que o Sr. Presidente disse que a responsabilidade era da Câmara Municipal, que a junta de freguesia ajudava, e que se aguardava que os bombeiros municipais pudessem proceder à lavagem das ruas, com água extraída do parque ambiental. A questão da limpeza da rua teria de ser endereçada à Junta de Freguesia. -----

--- A Deputada Inês Louro, Presidente da Junta de freguesia de azambuja, informou que já se tinha procedido à limpeza de bermas e passeios na urbanização envolvente do Intermaché e que iria providenciar no sentido de ser limpa a lateral referida pela Deputada Luísa Martins, salientando no entanto que no pós feira de maio existia maior falta de pessoal, pela necessidade de férias de compensação pelo trabalho efetuado a mais durante o período da feira. -----

--- O Sr. Presidente da assembleia deu por encerrado o ponto antes da Ordem do dia após o deu início ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

### ----- ORDEM DO DIA -----

#### --- Ponto 1- INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL

--- Interveio o Deputado José Carlos Matos para mostrar mais uma vez o seu desagrado pela colocação do abrigo do lado da Escola Secundária, não concordava com a opinião dos técnicos da Câmara que o mesmo não cabia do lado oposto e disse que face à existência de abrigos mais pequenos poder-se-ia lá ter colocado um. Chamou a atenção para a não existência de passadeira junto à paragem do autocarro, as existentes distam cerca de 50 m para cada lado e para finalizar face à informação da reparação do Barco Varino disponibilizada na Atividade Municipal perguntou se afinal o barco tinha recuperação dado que a última informação que tivera fora que tal não era possível. -----

--- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse que a reparação seria grande em face do estado do barco, mas que era possível de efetuar, quanto à passadeira disse já estar projetada a sua colocação e que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

o abrigo como já tinham conversado várias vezes, se fosse colocado do outro lado impediria a passagem a carrinhos de bebés e cadeiras de rodas. -----

--- o Deputado considerou que o argumento só por si não era válido e que se se tirasse o poste lá existente já se circularia devidamente. -----

--- Interveio o Deputado Faria que enquanto elemento da CPCJ referiu que as condições em que eram Realizadas as reuniões da comissão não eram as mais adequadas, não havia privacidade nos sítios em que elas ocorriam, perguntou como é que estava a intenção de ceder as instalações do atual arquivo municipal, nas traseiras do edifício das finanças, para a CPDJ. A que o Senhor Presidente respondeu que não houvera um comprometimento da cedência das instalações, o que acontecera fora que em reunião com a sra. Vereadora e os elementos da CPCJ, dissera que o espaço do terminal Rodoviário seria adequado para as reuniões da CPCJ, mas que de momento o mesmo estava ocupado com a documentação arquivo Até que o edifício do urbanismo acabasse as obras e se passasse para lá a documentação. No entanto referiu que a Sra. Presidente do CPCJ sabia por si e pela Sra. Vereadora que caso fosse necessário as salas de reunião da Câmara Municipal estavam disponíveis para a realização das reuniões. -----

--- O Deputado Daniel Claro perguntou qual a situação dos parques infantis especialmente os de Azambuja que se encontravam um com o piso ardido e o outro degradado, referiu que a feira de maio mais uma vez fora um êxito nos moldes em que decorria, dizendo, no entanto, que em sua opinião não deveriam coincidir temporalmente as atividades económicas e afins com a atividade taurina. Sugeriu a criação de um secretariado que ao longo do ano fosse preparando os eventos a decorrer no concelho, tipo Avinho e Feira de Maio, para evitar os stress de última hora e para finalizar disse não entender o porquê de no proc. 137/14 OBLs ser referido uma estimativa do valor 601.500.00 € quando era referido no mesmo que a instância estava extinta e que se chegara a acordo. Havendo acordo dever-se-ia saber exatamente qual o valor a pagar, não entendia assim a estimativa. -----

--- Em resposta o Senhor Presidente da Câmara disse que a Câmara de azambuja não teria de pagar nada, não sabia no momento o valor exato do acordo, que faria chegar ao Deputado e que apenas se aguardava uma última decisão do tribunal, decisão essa que não mudaria o facto de a Câmara não ter nada a pagar. Quanto aos parques infantis disse que estavam a ser recuperados após o que seria feito protocolo com as respetivas Juntas para a sua entrega e que no caso concreto do parque de S. sebastião estava lançada a empreitada de recuperação do piso e arranjo dos muros, ver-se-ia quem se inscreveria. -----

--- Interveio o Deputado Municipal José Carlos Matos, para referir que a feira de maio estava de parabéns, tinha tido um aumento qualitativo com a disposição do Pavilhão e sugeriu na continuidade do melhoramento da mesma que se deveria pensar numa solução para a aproximação do espaço de divertimentos da feira que no local onde agora eram colocados, fazia que as pessoas por vezes nem lá fossem. -----

--- O Senhor Deputado Manuel Couceiro a propósito do Serviço Adicional do Projeto da Vala do Esteiro, perguntou para iriam as lamas e quando é que o projeto estaria concluído a que o sr. presidente respondeu que o projeto inicial tinha algumas falhas que tiveram de ser colmatadas com o adicional, feito pelo mesmo gabinete de arquitetos, que as lamas eram a causa de ainda não se ter conseguido lançar o concurso da vala do esteiro, fora feita uma limpeza para tirar os jacintos , fora feita uma nova análise ás lamas para aferir a sua perigosidade, o transporte e destino das lamas já estava a ser resolvido, referiu que o contratempo surgido com o problema das lamas, inflacionara o projeto em cerca de 500 a 600 mil euros . -----

--- Interveio a Deputada Natália Peres a propósito do referido na página 4 da Atividade municipal “*aquisição de areias para os parques infantis*”, estranhou que ainda fosse permitido a colocação de areia em parques infantis ao que o Sr. Presidente disse que sim. -----

---**PONTO 2 – 3ª. ALTERAÇÃO AO PDM** ----- **15/P/2019**

--- o Deputado José Carlos Matos perguntou das onze entidades referidas no documento, a quantas estava a ser legalizado edificado já existente e a quantas diziam respeito a edificado a construir a que por indicação do Senhor Presidente, o arquiteto Paulo natário, chefe da Divisão de urbanismo respondeu que das onze empresas, dez respeitavam a edifícios a legalizar e um a uma ampliação. -----

--- O Deputado considerou que o que parecia acontecer era que as obras eram feitas sem licenciamento e que para solucionar estas situação procedia-se à alteração do PDM, disse que era um mau exemplo e que sinal era dado aos cidadão que cumpria as regras, solicitando licenças e só procedendo à respetiva obra após a aprovação da mesma, salientou a situação de uma das empresas a Ambato, laborar num



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

edifício de 2.000 m<sup>2</sup> há mais de 40 anos, além dos outros 10 que há anos que prevaricavam em detrimento das pessoas honestas. Considerou ser tempo de se fazer a Alteração ao PDM, para não se terem de andar constantemente a proceder a alterações, disse que pertencia à Assembleia Municipal desde 2013 e que desde sempre ouvira falar na revisão. Para finalizar disse que o CDS votaria contra por não considerar justa a solução apresentada face a quem cumpria e tinha de esperar meses senão anos que os procedimentos se concluíssem. -----

--- O Deputado Daniel Claro, considerou que a Proposta revelava um claro benefício contra o infrator, não havendo alternativa para a legalização a não ser o avançar com o deitar abaixo as construções realizadas. Mostrou preocupação com a fiscalização por exemplo no que concerne às obrigações ambientais, que sendo da responsabilidade da APA, CCDR e afins quem é que fiscalizaria as obras que as onze empresas que há anos nada tinham feito em termos de legalização, nesses termos. Chamou a atenção para o facto de não estar na competência da Câmara, nem esta ter os meios técnicos que permitissem a fiscalização, mas que deveria ter um controlo sobre os processos e da fiscalização de quem tal compete. Disse que votaria favoravelmente esta exceção, mas que daqui a um ano queria saber o que a Câmara tinha feito para acompanhar tais processos, pois ainda que não sendo competência sua, era sua competência defender os munícipes ao nível da saúde. O Sr. Presidente disse partilhar e perceber o ponto de vista do Deputado, mas que a lei que agora vigorava vinha permitir a estas empresas a legalização por forma a manterem os postos de trabalhos . o que também era muito importante para o concelho. Referiu que a fiscalização municipal acompanharia tal como sempre fizera os procedimentos e que até havia a situação de um deles ter um processo a decorrer em tribunal por desrespeito ao embargo decretado. -----

--- A Deputada Inês Louro para dizer que percebia o ponto de vista do Deputado Claro, mas que a bancada do PS considerava que se a Lei o permite era de dar oportunidade a estes empresários para procederem à legalização. -----

--- O Deputado Manuel Couceiro, perguntou se a Câmara através dos seus serviços tinha capacidade para fiscalizar os requisitos exigíveis pela APA e CCDR, e se esta podia pressionar no sentido de os requisitos serem cumpridos, a que o Sr. arquiteto Paulo natário disse a pedido do Sr. Presidente que a atividade das empresas era fiscalizada pelas entidades competentes que tinham essas capacidades de fiscalização e que dificilmente a Câmara o poderia fazer.-----

--- O Deputado Daniel Claro, disse que o que o Deputado Couceiro levantava , vinha no sentido do que ele próprio tinha sugerido da necessidade de a Câmara poder manter junto das entidades fiscalizadoras uma ação de controlo, poder por exemplo dirigir-se à APA para saber ponto de situação do processo tal.-----

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 15/P/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 19 votos a favor (13 do PS, 5 da CDU e 1 do BE) 5 abstenções do PSD e 1 voto contra do CDS. -----

--- **Ponto 3– CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE AZAMBUJA ----- P 29/V-SV/2019**

--- A Deputada Ana catorze considerou que trazer o documento em apreciação a uma Assembleia Municipal com uma Ordem de trabalhos tão extensa, era sinal que o não queriam discutir, considerou o documento incompleto, falava da situação do Concelho, mas não apontava metas, não se conseguia proceder quais os critérios utilizados para a aferição de prioridades, o que faz parecer haver contrassensos e exemplificou com o que era referido na página 144 onde uma ação era considerada importante, mas era apresentada com um nível de prioridade baixo. Relativamente À Escola Profissional der Azambuja, indagou se houvera um levantamento das necessidades de formação, quantas alunos esperavam que integrassem a escola além de outras coisas mais concretas, daí dizer que o documento não apontava metas, deu como exemplo que não era apresentada a percentagem de diminuição para o abandono escolar pretendido , referia apenas diminuição do abandono escolar. Perguntou quantos alunos tinham ingressado nos últimos cinco anos no ensino superior, destes quantos haviam desistido e no caso da desistência ter sido por motivos económicos o que é que a Câmara fizera para ultrapassar esta questão .

--- Disse não ter conseguido abrir o documento em suporte digital e que só tivera acesso ao documento escrito que pela sua extensão não fora possível de ler na totalidade no prazo com que o expediente era entregue. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara disse que relativamente à Escola Profissional, ainda não dispunham, de resposta aos dados todos que solicitara, que ainda havia umas questões a resolver com o INF, pois o terreno onde a escola se implantaria não era da propriedade da Câmara, seria necessário proceder-se à assinatura do Protocolo, falar com o Ministério da Educação , uma série de passos que ainda havia a dar e que foram falados no Conselho Municipal de Educação. Passou a palavra à Sra. Vereadora da Educação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

Sílvia Vítor, que considerou que a deputada estaria a confundir a Carta Educativa Municipal com o Projeto Educativo Municipal, e que ao serem dois documentos diferentes não vinham espelhadas metas na Carta, que era um documento que tentava definir as prioridades em termos de intervenção nos equipamentos Escolares. Em termos de escola Profissional esclareceu que fora feito um inquérito aos alunos do 9ºano acerca de qual seria o seu percurso escolar, tendo-se chegado à conclusão que cerca de 44% dos alunos ingressariam numa escola profissional, caso a tivessem no seu Concelho. Disse que já fora solicitada informação à Escola Secundária acerca do número de alunos que ingressaram no ensino superior e chamou a atenção para o facto de cerca de 120 alunos do Concelho não frequentarem a ESA pelo não haveria como saber em rigor os dados solicitados. Informou da presença do Dr. Luís de Carvalho, conquanto responsável pela elaboração do documento, que tal como a Sra. Vereadora disserta, referiu que a Carta Educativa era um instrumento de planeamento ao nível dos equipamentos, e que seria o Projeto Educativo a definir as metas, os projetos desde que se possa garantir através da Carta escolar da existência de equipamentos com qualidade para as ações a desenvolver. Disse que não estavam plasmadas metas relativamente ao abandono escolar no documento, que não era suposto estarem, mas que em todas as escolas havia planos para o combater e que os resultados tinham vindo a melhorar nos últimos anos. Quanto Escola Profissional disse que fora feito um levantamento nas escolas da apetência ou não dos alunos de ingressarem numa escola profissional, através de um inquérito para perceber até que ponto estavam sensibilizados para a via profissional e de prosseguir os estudos nesse sentido, para além de se querer saber até que ponto era necessário a sua construção. -----

--- O Deputado Daniel Claro, considerou que o Projeto Educativo deveria ter sido apresentado em simultâneo com a Carta Educativa ou até mesmo anteriormente, reiterou o que já antes dissera de que a Proposta tal como outras que já referira não deveria ter a mesma redação da que fora apresentada em Câmara no seu proposto e que deveria solicitar que a Assembleia Municipal apreciasse e votasse o documento. -----

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 29/V-SV/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 20 votos a favor (13 do PS, 5 da CDU, 1 do BE e 1 do CDS) e 5 abstenções do PSD. -----

--- **Ponto 4 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO ----- 47/P/2019**

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 47/P/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- **Ponto 5 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DAS INSTALAÇÕES DE ARMAZENAMENTO E POSTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS – CIMLT ----- P 41/P/2019**

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 41/P/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**PONTO 6 – REGULAMENTO GERAL DE ÁGUAS DE ABASTECIMENTO E ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE AZAMBUJA ----- P 47/V-SL/2019**

--- O Deputado Daniel Claro, considerou que o Regulamento chegava tarde, já deveria ter sido apresentado há muito tempo, congratulou-se de nele ter sido incluída a possibilidade de os utilizadores poderem ser ressarcidos pelas faltas cometidas pela AdAz. Considerou que o que faltava era o facto de terem de ser os consumidores a pedir essa indemnização, lembrou a reunião tida entre a Câmara e Empresa e elementos da Assembleia Municipal onde o assunto fora discutido bem como a possibilidade de ser colocado atempadamente o Regulamento no site de cada uma das instituições e a AdAz colocaria em tempo útil as interrupções havidas por forma a que os consumidores tivessem delas conhecimento.

--- O Sr. vereador Silvino Lúcio informou que havia informado a Adaz do que o Sr. Deputado sugerira, e que o Sr. Administrador concordara em elaborar um documento escrito que entregaria na Câmara onde constaria a pretensão, não era incluído no regulamento, mas ficaria apenso a este.-----

--- O Sr. Deputado Manuel Couceiro, em nome do PSD referiu que não estando completamente de acordo com o Regulamento, o PSD concordava que nele se via uma substancial melhoria para os municípios, pelo que se absteria na votação do mesmo.-----

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 47/V-SL/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria com 20 votos a favor (13 do PS, 5 da CDU, 1 do BE e 1 do CDS) e 5 abstenções do PSD. -----

--- Foi presente pelo PS um Requerimento para continuação dos trabalhos por mais uma hora, tendo sido aprovado por maioria com 24 votos a favor e 1 voto contra. -----

--- **PONTO 7 – ESTRUTURA NUCLEAR E FLEXÍVEL DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO ----- P 48/P/2019**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

--- O Deputado Daniel Claro, considerou que a Câmara necessitava uma reflexão mais aprofundada relativamente à sua estrutura Orgânica, reiterou a sua opinião da necessidade de ser preenchido o lugar de Chefe de Divisão na Ação Social, a política de Sociedade estava cada vez mais virada para esta área, a que o Sr. Presidente disse ter tomado nota.-----

--- Discutido o assunto foi a proposta nº. 48/P/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS e 12 abstenções (5 da CDU, 5 do PSD 1 do BE e 1 do CDS. -----

### **PONTO 8 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL-----P 28/V-SV/2019**

--- Não houve qualquer intervenção dos Senhores Deputados Municipais.-----

--- A proposta nº. 28/V-SV/2019 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 13 votos a favor do PS e 12 abstenções (5 da CDU, 5 do PSD 1 do BE e 1 do CDS. -----

### **--- PONTO 9 – ADENDAS AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:---**

--- **9.1 – Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha-----P 34/V-SL/2019**

--- A proposta nº. 34/V-SL/2019 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- **9.2 – Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo ----- P 35/V-SL/2019**

--- A proposta nº. 35/V-SL/2019 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- **9.3 – Junta de Freguesia de Aveiras de Cima ----- P 36/V-SL/2019**

--- A proposta nº. 36/V-SL/2019 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- **9.4 – Junta de Freguesia de Alcoentre ----- P 37/V-SL/2019**

--- A proposta nº. 37/V-SL/2019 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Os Pontos 9.1 a 9.4 foram discutidos e votados em bloco, o Senhor Deputado José Carlos Matos Indagou pelo Acordo de Execução com a Junta de Freguesia de Azambuja, a que o Presidente respondeu que como já falado no decorrer da reunião estava-se a proceder a obras nos Parques infantis e Mercado Diário, para que fossem entregues à Junta de Freguesia e ser elaborado o contrato interadministrativo.--

--- O Sr. Deputado Francisco António Galvão chamou a atenção para a necessidade de ser alterado na cláusula 3 dos Contratos Administrativos a celebrar, a substituição da palavra “Municipal” por “Freguesia”, pois por lapso surgia a expressão Assembleia Municipal, quando o correto seria Assembleia de freguesia, o que foi aceite e devidamente corrigido. -----

### **--- PONTO 10 – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL:-----**

--- **10.1 – Construção de Edifício de Uso Logístico – PROJESPIN, S.A. -----P 42/P/2019**

--- interveio o Deputado André Salema, para solicitar ao senhor Presidente da Câmara que pudesse considerar a disponibilidade de diálogo com a plataforma cívica para a N3 a que pertencia, aquando de tomadas de decisão acerca da via, pois a plataforma era composta por um grupo de cidadãos interessados e com conhecimento nessas matérias. Deu os parabéns ao executivo pelas contrapartidas negociadas em termos de cedência ao domínio público, considerou que no que respeita à construção de passagem pedonal seria bom que esta pudesse ser extensível a todos os trabalhadores, inclusivamente de outras empresas, por forma a minimizar os acidentes. Para finalizar referiu a importância de ser construída uma passadeira aérea na zona dos semáforos de Vila nova da rainha e o alcatroamento da estrada que une Vila Nova da rainha à rotunda da Sonae e que passa pelas traseiras da SIVA.-----

--- A Sra. Deputada Inês Louro, chamou a atenção para o facto de os problemas da n3 irem muito além daquilo que a capacidade da Câmara Municipal, seria necessário dialogar com a EP situações como a implementação de passagem aérea entre outras mas não descurava e era de enaltecer a capacidade que a Câmara Municipal tivera para sensibilizar os empresários, vendo-se assim uma significativa melhoria nas Contrapartidas, os estacionamento, percursos pedestres e afins. Apelou para que o Sr. Presidente da Câmara de Alenquer não se deixasse ficar para trás neste processo, dado que era transversal aos dois municípios e importava que Alenquer também tomasse medidas, por exemplo a questão da recuperação da Estrada da Termoelétrica. -----

--- O Deputado Daniel Claro considerou que o documento era um “*passo certo*”, se este tipo de medidas tivesse sido tomada há uns anos atrás, agora não se teriam metade dos problemas na N3. Sugeriu que os Técnicos pudessem fazer um levantamento das necessidades para o melhoramento das acessibilidades e que a Câmara pudesse negociar com as empresas instaladas.-----

--- O Deputado António Torrão, Presidente da Junta de Aveiras de Cima, lembrou que a N366, também era uma preocupação que a Câmara deveria discutir com a EP e a necessidade da instalação também de uma passagem aérea na Rotunda de entrada de Aveiras, considerando a quantidade de crianças e adultos





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AZAMBUJA

principalmente os trabalhadores da GEPAK, que necessitavam de a atravessar diariamente e a perigosidade com que o faziam. -----

--- O Sr. Presidente referiu já haver conversações com a EP no sentido de solucionar o atravessamento da rotunda sem colocar passadeiras no chão e que numa das últimas reuniões fora alvitrada a possibilidade da construção de uma passagem aérea, ver-se-ia onde é que as conversações conseguiriam chegar.-----

--- O Sr. Manuel Couceiro disse concordar com o que já fora dito acerca da N3 e em complemento, sugeriu que a Câmara pudesse pressionar a EP no sentido de aumentar a iluminação pública ao longo do troço de acesso às empresas, bem como de proceder à proibição de estacionamento nas bermas que obriga á circulação perigosamente junto da via. O senhor Presidente da Câmara referiu que o questão da iluminação da via já fora objeto de reunião com a IP que passara para a Câmara uma responsabilidade sua, o que a Câmara não faria, já falara com a Avipronto no sentido de facultar aos funcionários um colete refletor que pudesse identifica-los ao caminharem na beira da estrada, e nada se resolvia, no entanto reiterou que a Câmara só por si não poderia resolver o problema que era da responsabilidade da IP, mostrou-se disposto a colaborar com a IP, mas não a fazer o seu trabalho na totalidade. -----

--- O Deputado José Carlos Matos lembrou a Moção subscrita em Assembleia Municipal acerca do estacionamento ao longo da N3 e reiterou a necessidade de não só a IP ser pressionada no sentido de o disciplinar, como a GNR, a que o Sr. Presidente disse já ter tido, juntamente com o Vereador Silvino reuniões com o Sr. Comandante do Destacamento de Alenquer e com o Comandante do Posto de Azambuja nesse sentido, e até agora de nada tinham valido. -----

---- Discutido o assunto foi a proposta nº. 42/P/2019 colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 20 votos a favor (13 do PS, 5 do PSD, 1 do BE e 1 do CDS), 4 abstenções da CDU e 1 voto contra da CDU. -----

----**10.2 Instalação de Central Solar Fotovoltaica – Variable Potential Unipessoal Lda. -----P 44/P/2019**

--- Não houve qualquer intervenção dos Senhores Deputados Municipais. -----

--- A proposta nº. 44/P/2019 foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

--- Eram 0 horas e 40 minutos, quando o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. -----

--- Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa.